

Langoni sugere financiar juros

O ex-presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, disse ontem que será inevitável a revisão dos termos em que foi encaminhada a renegociação da dívida externa brasileira pelo governo passado. Langoni baseou suas afirmações no fraco desempenho da balança comercial no primeiro trimestre do ano.

Disse ele que será invariável, para a estabilidade das contas externas, continuar sem admitir dinheiro novo vindo de fora, seja sob a forma de "refinanciamento" dos juros ou pela entrada de novos empréstimos. Das duas fórmulas, a preferida pelo ex-Presidente do BC é a primeira. A dívida externa brasileira no final de 1984 girava em torno de 100,2 bilhões de dólares, dos quais 68,9 bilhões eram devidos a bancos privados. A grosso modo, os juros devidos este ano serão de 11,2 bilhões de dólares. A dívida de juros com os bancos ficará em torno de 7 bilhões, a uma taxa média de financiamento de 10,5%.

Langoni acha que o Brasil poderá convencer o Governo dos principais países credores a ajudarem no processo de refinanciamento dos juros. Nessa hipótese, o Brasil "capitalizaria" (palavra que ele prefere substituir por "refinanciaria") uma parte de juros não pagos este ano, em proporção a ser estudada. Há várias fórmulas para fixar essa proporção, mas em termos brutos ela poderia significar algo como 3 bilhões de dólares. Isso equivale a pagamentos de juros pelo Brasil aos bancos estrangeiros numa base de 6 a 7% ao ano, e não em torno dos 10,5% como se prevê, na média, para 1985.

O problema está na contabilidade de alguns bancos, em particular nos Estados Unidos. Ao deixarem de receber juros integrais, que representam uma perda de receita no valor equivalente aos 3 bilhões de dólares rateados pela participação dos EUA na dívida brasileira, sua situação perante os acionistas poderá ficar embaraçosa.

Langoni acredita que esse valor pode ser financiado diretamente por instituições de crédito ligadas ao governo americano, que repassaria os recursos aos bancos. O Brasil, por seu turno, assumiria o compromisso de repagar os juros quando as taxas no mercado internacional voltarem a níveis mais moderados.

O ex-presidente do Banco Central discutiu um esquema semelhante quando representava o governo brasileiro nas negociações em Nova Iorque e Washington. Disse ele que quando propôs esse esquema ao Diretor do Federal Reserve System (o Banco Central americano), Paul Volcker encontrou simpatia. O assunto foi levado então a um debate com os representantes do Fed em Nova Iorque, em abril do ano passado, sob a presidência do diretor local, Anthony Solomon, e teve o apoio de alguns banqueiros privados, mas esbarrou em resistências de outros. O fator principal para que o esquema não caminhasse, contudo, foi a oposição do Departamento do Tesouro.

Ele preferiu não comentar o resto desse quadro, mas é sabido que a situação agravou-se desde que a Argentina deixou de pagar juros e virtualmente rompeu com o FMI, de quem parou de receber recursos. O mesmo ocorre com o Brasil. O México, que recém-concluiu uma negociação com o Fundo e os bancos, também está numa delicada, senão vulnerável, posição para ir adiante com seu programa de austeridade. Soma-se a isso a situação de baixa liquidez de vários bancos americanos, já ameaçados pela quebra de instituições de poupança e empréstimo. O quadro favoreceria um abrandamento da posição ortodoxa da Casa Branca, embora o custo desse abrandamento possa vir a ser maior que o desejável por Washington. O argumento americano é simples: a abertura de uma exceção para os devedores da América Latina irá provocar uma enxurrada de pleitos semelhantes, com a quebra dos compromissos dos governos locais com a restauração de suas contas externas na base de programas de austeridade.